

(ORGANIZADOR)

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

5

(ORGANIZADOR)

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA



A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

**DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS**

5

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

iStock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angéli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

A educação em verso e reverso: dos aportes normativos aos aspectos operacionais 5

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Maiara Ferreira
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação em verso e reverso: dos aportes normativos aos aspectos operacionais 5 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-233-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.330210907>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a (re) pensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro.

As discussões empreendidas neste livro, intitulado “***A Educação em Verso e Reverso: Dos Aportes Normativos aos Aspectos Operacionais***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re) pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Na direção do apontado anteriormente, é que professoras e professores pesquisadores, de diferentes instituições e países, voltam e ampliam o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade. É um desafio, portanto, aceito por muitas e muitos que fazem parte dessa obra.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestradas, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A ESCOLA NA PRISÃO OU A PRISÃO NA ESCOLA: CONCEITOS EDUCACIONAIS NOS CONTEXTOS PRISIONAIS

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

Rita de Cássia da Silva Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109071>

CAPÍTULO 2..... 10

A LUDICIDADE NA PRODUÇÃO DE JOGOS COMO INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA ESCOLA MANOEL GOMES

Lucimar Brito da Silva Mayer Lira

Gabriel de Miranda Soares Silva

Verônica Ramos de Assis Rocha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109072>

CAPÍTULO 3..... 18

A OBSERVAÇÃO NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UMA ABORDAGEM SOBRE A IMPORTÂNCIA

Alcindo Ferreira Mendes Neto

Marla Camille Carvalho de Oliveira

Francisco Diogo Lopes Filho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109073>

CAPÍTULO 4..... 26

LETRAMENTO EM MARKETING EM AVALIAÇÕES DO 3º. CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Jônio Machado Bethônico


Daniella Milagres Henriques Amaral

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109074>

CAPÍTULO 5..... 46

O ENSINO-APRENDIZAGEM DO LÉXICO POR UMA PERSPECTIVA CULTURAL

Lúcia Helena Ferreira Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109075>








CAPÍTULO 6..... 57








RESIDÊNCIA EDUCACIONAL: NOVA DIRETRIZ PARA OS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS NOS CURSOS DE LICENCIATURA






Maria Lucia Morrone

Marina Ranieri Cesana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109076>

CAPÍTULO 7	69
O TRABALHO COM O TERRITÓRIO EM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	
Valter de Almeida Costa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109077	
CAPÍTULO 8	82
RELATO DE EXPERIÊNCIA DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: MINICURSO SEGURANÇA, ÉTICA E CIDADANIA NA INTERNET	
Taita Lima do Nascimento	
Claudia Ferreira de Almeida	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109078	
CAPÍTULO 9	90
A EDUCAÇÃO DOS JOVENS ENTRE A LIBERDADE E A AUTORIDADE: REFLEXÕES PEDAGÓGICAS SOBRE OS ADELFO DE TERÊNCIO	
Marcello Peres Zanfra	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109079	
CAPÍTULO 10	104
IMPORTÂNCIA DO PIBID NA FORMAÇÃO DOS DISCENTES DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO – CAMPUS SÃO ROQUE (SP)	
Márcio Pereira	
Iohana Barbosa Pereira	
Frank Viana Carvalho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090710	
CAPÍTULO 11	116
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E INOVAÇÃO METODOLÓGICA: OFERTA PARA DISCIPLINAS PRESENCIAIS	
Luciana de Lima	
Robson Carlos Loureiro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090711	
CAPÍTULO 12	128
O USO DA HISTÓRIA EM QUADRINHOS COMO DIDÁTICA DE ENSINO E APRENDIZAGEM	
Sérgio Alberto Pereira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090712	
CAPÍTULO 13	143
SATISFAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM ALTAMIRA-PA	
Jakson José Gomes de Oliveira	
Ana Lúcia Almeida de Oliveira	
José Luis Speroni	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090713	

CAPÍTULO 14	152
DESAFIOS DO ENSINO SUPERIOR EM PLENA PANDEMIA: CONCILIAÇÃO É UMA POSSÍVEL SAÍDA	
Gualter Cres Fernandes Matheus Cres Fernandes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090714	
CAPÍTULO 15	163
A MONITORIA NA FORMAÇÃO DOCENTE DOS ESTUDANTES DE LICENCIATURA EM LETRAS/ESPANHOL	
Amanda dos Santos Almeida Simone Braz Ferreira Gontijo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090715	
CAPÍTULO 16	173
A QUALIDADE COMO EVOCAÇÃO E A REGULAMENTAÇÃO COMO IMAGEM DOS ATORES	
Tuca Manuel	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090716	
CAPÍTULO 17	185
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO E CARREIRA DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA	
Maria da Conceição Barbosa Rodrigues Mendes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090717	
CAPÍTULO 18	197
DESNATURALIZAÇÃO, ESTRANHAMENTO E A SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: POSSIBILIDADES ATRAVÉS DA POÉTICA/TEATRO DO OPRIMIDO DE AUGUSTO BOAL	
Wiliam Marques Dias	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090718	
CAPÍTULO 19	210
UM OLHAR ETNOMATEMÁTICO SOBRE AS DIMENSÕES SOCIOCULTURAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS DO MARANHÃO	
Sérgio Roberto Ferreira Nunes Márcia Cristina Gomes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090719	
CAPÍTULO 20	225
“MAS, POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS?”: ESTUDOS E PESQUISAS DESENVOLVIDAS PELO GEPTE/UFMT	
Anatália Daiane de Oliveira Ramos Eva Emília Freire do Nascimento Azevedo Edson Caetano	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090720	

CAPÍTULO 21	236
NOVAS ESTRATÉGIAS DE ENSINO PARA (RE)PENSAR A EDUCAÇÃO: A EDUCAÇÃO 4.0	
Cláudia Rodrigues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090721	
CAPÍTULO 22	251
A COR NAS SUPERFÍCIES ARQUITETÔNICAS PATRIMONIAIS: AS PINTURAS MURAIS DA ANTIGA PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO SE/BR	
Eder Donizeti da Silva	
Adriana Dantas Nogueira	
Rogério Machado	
Tainá Gomes dos Santos	
Gabriella de Melo Rabelo	
Maisa da Silva Rocha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090722	
CAPÍTULO 23	270
NEOLIBERALISMO: O NEOSSUJEITO E SUAS IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	
Chayene Straykyver Pastori de Lima	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090723	
CAPÍTULO 24	278
IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: ANÁLISE E DESAFIOS (1980-2015)	
Ivan da Costa Ilhéu Fontan	
Renata Guimarães de Oliveira Fontan	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090724	
CAPÍTULO 25	291
A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS NA EXPANSÃO DO ENSINO PRIVADO EM ALAGOAS	
Gabriel Soares de Azevedo Filho	
Jacy de Araújo Azevedo	
Ana Carolina de Araújo Azevedo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090725	
SOBRE O ORGANIZADOR	302
ÍNDICE REMISSIVO	303

CAPÍTULO 24

IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: ANÁLISE E DESAFIOS (1980-2015)

Data de aceite: 21/06/2021

Data de submissão: 23/03/2021

Ivan da Costa Ilhéu Fontan

Instituto Federal de Minas Gerais,
Departamento de Engenharia Florestal
São João Evangelista – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/2851092835077975>

Renata Guimarães de Oliveira Fontan

Estácio, Curso de Administração
Belo Horizonte – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/3156351051034032>

RESUMO: Em 2015 existiam no Brasil 2.364 Instituições de Educação Superior (IES), das quais 2.069 (87,5%) mantidas pela iniciativa privada, e 295 (12,5%) pelo poder público. Diante da representatividade das IES privadas, buscamos aqui contextualizar o crescimento deste setor ao longo dos anos e expor alguns desafios da docência nestas instituições. Após 1990 houve uma acelerada expansão das instituições privadas na educação brasileira, associada ao crescimento das camadas médias da sociedade, às novas oportunidades de trabalho na indústria e serviços, e à reforma educacional ocorrida no Brasil. De 1980 a 2015 o número de matrículas em cursos de graduação presenciais em IES privadas passou de 885.054 para 4.809.793 (aumento de 443,4%) e o número de concluintes passou de 145.475 para 692.167 (aumento de 375,8 %). As IES privadas devem proporcionar aos seus docentes condições

adequadas de trabalho, que possibilitem o diálogo entre os diferentes atores da educação superior, de modo a estimular constantemente novas ideias e posturas capazes de prepará-los para o enfrentamento das adversidades de forma criativa, flexível e segura.

PALAVRAS - CHAVE: docência, ensino superior, instituições privadas.

IMPORTANCE OF PRIVATE INSTITUTIONS IN BRAZILIAN HIGHER EDUCATION: ANALYSIS AND CHALLENGES (1980-2015)

ABSTRACT: In 2015 there were in Brazil 2,364 higher education institutions (IES), of which 2,069 (87.5%) are maintained by the private sector, and 295 (12.5%) by the public authorities. In view of the representativeness of private IES, we have sought to contextualize the growth of this sector over the years and to expose some of the challenges of teaching in these institutions. After 1990 there was a brisk expansion of private institutions in Brazilian education, associated with the growth of the middle classes of society, new job opportunities in industry and services, and educational reform in Brazil. From 1980 to 2015, the number of undergraduate courses in private IES increased from 885,054 to 4,809,793 (an increase of 443.4%) and the number of graduates increased from 145,475 to 692,167 (375.8% increase). Private IES should provide their teachers with adequate working conditions that enable dialogue between the different actors of higher education, in order to constantly stimulate new ideas and positions capable of preparing them for confronting adversities in a creative,

flexible and safe.

KEYWORDS: teaching. higher education. private institutions

1 | INTRODUÇÃO

A educação segundo a “Lei de Diretrizes da Educação Brasileira” (Lei 9.394/1996) abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Do ponto de vista legal o ensino em estabelecimentos próprios é designado por “educação escolar”, e constitui um dever do Estado, podendo, no entanto, ser desenvolvido também em instituições privadas.

Assim, o ensino é livre à iniciativa privada, seja na educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) ou na educação superior, desde que haja o cumprimento das normas gerais da educação nacional (sistema de ensino, autorização de funcionamento, avaliação de qualidade pelo poder público, capacidade de autofinanciamento, etc).

Segundo o censo da educação superior de 2015 realizado e divulgado pelo Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa (INEP), existem no Brasil 2.364 Instituições de Educação Superior (IES), das quais 2.069 (87,5%) são mantidas pela iniciativa privada, e apenas 295 (12,5%) são mantidas pelo poder público (federal, estadual e/ou municipal).

Diante da representatividade das Instituições de Educação Superior privadas, buscamos neste trabalho contextualizar o crescimento deste setor ao longo dos anos e expor alguns desafios dos professores na prática da docência nestas instituições.

2 | RETROSPECTIVA HISTÓRICA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Retrospectivas históricas acerca do ensino superior no Brasil estão presentes em uma grande variedade de publicações, que destacam seu surgimento tardio em relação aos nossos vizinhos da América hispânica. De acordo com Vieira (2014), se por um lado a Espanha não criou obstáculos à implantação e expansão do ensino superior em suas colônias, Portugal adotou uma política de desincentivo e até mesmo de proibição à criação de instituições nas colônias. Tal diferença fica evidente no relato de Luiz Antonio Cunha,

“Diferentemente da Espanha, que instalou universidades em suas colônias americanas já no século XVI, Portugal não só desincentivou como também proibiu que tais instituições fossem criadas no Brasil. No seu lugar, a metrópole concedia bolsas para que um certo número de filhos de colonos fossem estudar em Coimbra, assim como permitia que estabelecimentos escolares jesuítas oferecessem cursos superiores de Filosofia e Teologia” (CUNHA,2000,p. 152).

Cunha (2000) e Vieira (2014) relatam que o primeiro estabelecimento de ensino superior no País foi fundado em 1550 pelos jesuítas na Bahia, então sede do governo geral. Todavia, o ensino superior não-religioso no Brasil teve início somente com a transferência da sede do império português para o Brasil.

Segundo Barreyro (2008), a partir de 1808 observa-se a instalação dos primeiros cursos superiores em terras brasileiras, destinados à formação de profissionais para suprir as necessidades do Estado. Ainda segundo a autora, e baseado em Cunha (2007), o ensino superior desde o século 19 esteve ligado à formação profissional, e estruturado em estabelecimentos isolados como academias, faculdades institutos e escolas. Ainda durante o Império o movimento liberal manifestava o desejo e o apoio à liberdade de opinião e crença, o que levou à formação dos segmentos de ensino estatal e de ensino particular religioso em nível primário e médio após a Independência.

De acordo com Sampaio (2000), no campo do ensino superior somente a partir da República e da Constituição de 1891 houve uma descentralização por parte do poder central, que então passou a delegar também aos estados a responsabilidade pelo ensino superior, permitindo assim a criação de instituições privadas, inicialmente de confissão católica ou criadas pelas elites locais. No entanto, somente no século 20 foi criada a primeira instituição que mudou o padrão de isolamento até então observado em estabelecimentos de ensino superior. No ano de 1920 foi criada assim a Universidade do Rio de Janeiro, embora na prática ainda funcionasse “como um conglomerado de escolas que continuavam a ser tão isoladas quanto antes” (Cunha, 2007, p. 193).

No entanto, Schwartzman e Cox (2009) relatam que apenas na década de 1930 são criadas as primeiras universidades capazes de inovar em seus objetivos e romper o modelo de formação profissional que tinha se desenvolvido até então. Segundo Cacete (2014) a partir deste período observou-se no Brasil uma sociedade que lenta e progressivamente se industrializava e se concentrava nos centros urbanos, levando a exigências cada vez maiores em relação à educação. Neste contexto se destaca a Universidade de São Paulo fundada em 1934, que buscou uma “atuação no sentido da renovação da cultura brasileira pela pesquisa científica, o incentivo às obras de cultura e à extensão, divulgando conhecimentos técnicos, científicos e artísticos” (Cunha, 2007, p. 203).

Entre os anos 30 e a Segunda República (1945-1964) observou-se uma significativa expansão da educação superior pública no Brasil, com a formação da rede de universidades federais. “Entre 1946 e 1960 foram criadas 18 universidades públicas e dez particulares de maioria confessional católica e presbiteriana” (Sampaio, 2000: p. 70-71). Segundo Santos e Cerqueira (2009), neste período o setor privado já demonstrava um papel relevante no ensino superior brasileiro, e as estatísticas evidenciavam que as instituições privadas respondiam por cerca de 44% das matrículas e 60% dos estabelecimentos.

Segundo Martins (2009), os primeiros anos da década de 1960 foram marcados por um intenso movimento visando à reforma do sistema educacional brasileiro, em especial

o ensino superior. Participavam deste movimento docentes, pesquisadores e o movimento estudantil, que criticava o caráter elitista das universidades, defendiam a realização de concurso público para admissão de professores, lutavam por currículos atualizados e pela ampliação da participação estudantil nos órgãos colegiados.

Em resposta a estes anseios da sociedade foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1961, que em conjunto com sua legislação complementar definiu normas para a autorização e reconhecimento das instituições de ensino superior. No entanto, de acordo com Barreyro (2008) e Sampaio (2011) a LDB ficou muito aquém das reivindicações estudantis e das aspirações dos liberais por uma organização universitária com bases em valores nacionais. De acordo com Vieira (2014) a LDB facultava a realização da pesquisa e facilitava a disseminação de escolas isoladas, o que estimulou e favoreceu a expansão da iniciativa privada na educação superior no Brasil.

No ano de 1964 um golpe de Estado instituiu o governo militar no Brasil, que segundo Vieira (2014) e Dourado (2001) retomou o modelo desenvolvimentista do período de Juscelino Kubitschek e propôs uma reforma universitária com base no modelo norte americano, que previa a qualificação de mão-de-obra para o mercado de trabalho com vistas à produtividade, além da interação com as empresas privadas. Nos anos seguintes até o final da década de 80 o Brasil viveu um importante aumento na mecanização em atividades rurais e na industrialização, contribuindo para o êxodo rural e para aceleração do processo de urbanização. Neste momento, de acordo com Rossato (2005) o ensino superior passou a ser vista como a principal forma de ascensão social e melhoria de vida pela classe média.

Aliado aos processos de industrialização e urbanização o Brasil viveu neste período um aumento expressivo de potenciais candidatos ao ensino superior impulsionado pela explosão demográfica ocorrida nas décadas de 50 e 60. Como relatado por Barreyro (2008) a expansão do ensino superior foi especialmente acelerada na década de 70, quando as matrículas em instituições de ensino superior aumentaram quase cinco vezes em pouco mais de dez anos (1968 a 1980). Segundo Dourado et al. (2003) e Durham (2003) essa expansão foi realizada predominantemente pela iniciativa privada em instituições isoladas, em especial por meio da oferta de cursos de baixo custo e menores exigências acadêmicas.

A retrospectiva histórica apresentada até aqui nos auxilia a entender melhor as transformações vividas pela educação superior no Brasil, essencial para compreendermos e analisarmos sua situação atual. Desta forma, a seguir serão apresentadas e analisadas algumas informações gerais sobre o ensino superior com especial atenção à representatividade e importância das instituições privadas no Brasil.

3 I CRESCIMENTO DO SETOR PRIVADO NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL (1980 A 2015)

Como visto até aqui, a promulgação da Lei 4.024 em dezembro de 1961 que fixou as diretrizes e bases para educação no Brasil (LDB), representou um importante marco na consolidação das instituições privadas na educação superior no Brasil. Segundo Pino (1997) essa Lei favoreceu o processo de privatização que se seguiu na educação brasileira sob o regime militar, uma vez que estendeu às instituições privadas as mesmas condições daquelas mantidas pelo Estado, no sentido de ter acesso livre aos recursos públicos e de fazer parte das instâncias decisórias e regulatórias da educação.

De acordo com as informações disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Ministério da Educação (MEC), em 1980 existiam no Brasil 882 instituições de educação superior (IES), das quais 200 eram administradas pelo poder público e 682 pela iniciativa privada (Tabela 1). Em termos percentuais as IES públicas e privadas representavam em 1980 respectivamente 22,7% e 77,3% das instituições brasileiras responsáveis pelo ensino superior.

Ano	Total de IES	IES Públicas		IES Privadas	
	(Unidade)	(Unidade)	(%)	(Unidade)	(%)
1980	882	200	22,7	682	77,3
1985	859	233	27,1	626	72,9
1990	918	222	24,2	696	75,8
1995	894	210	23,5	684	76,5
2000	1.180	176	14,9	1.004	85,1
2005	2.165	231	10,7	1.934	89,3
2010	2.378	278	11,7	2.100	88,3
2015	2.364	295	12,5	2.069	87,5

Tabela 1 – Número de Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, de 1980 a 2015.

Fonte: INEP/MEC

Já no ano de 2015, o censo anual da educação no Brasil realizado pelo INEP/MEC apontou a existência de 2.364 instituições de ensino superior, o que representou um aumento de 168,0% em relação ao número de IES do ano de 1980. Do total de IES em 2015, apenas 12,5% eram da administração pública (295 unidades), enquanto 87,5% eram administradas por instituições privadas (2.069 unidades) (Tabela 1).

De acordo com os dados apresentados na Tabela 1 e representados graficamente na Figura 1, a partir da década de 1990 houve uma expressiva e acelerada expansão das instituições privadas na educação brasileira. De 1980 a 2015 o número de instituições privadas de ensino superior no Brasil passou de 682 para 2.069 unidades o que representou um aumento de 203,4%. Já as instituições públicas cresceram apenas 47,5% neste mesmo período, passando de 200 no ano de 1980 para 295 em 2015.

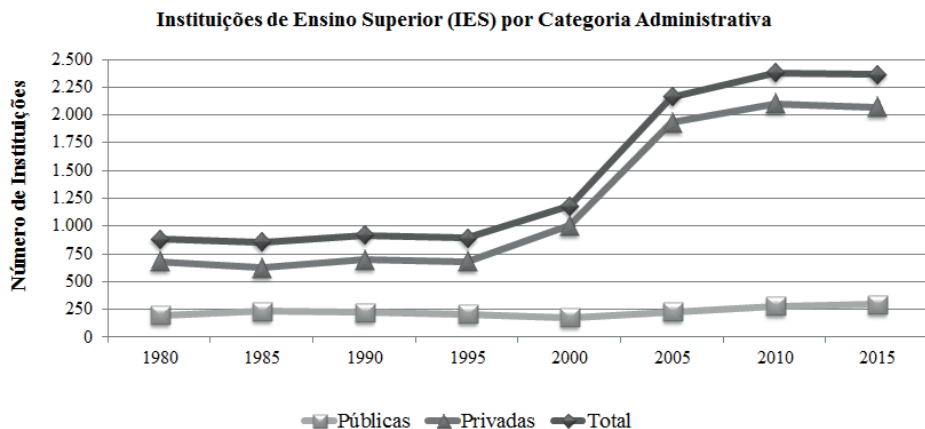


Figura 1 – Número de Instituições de Ensino Superior (IES) por categoria administrativa no Brasil, no período de 1980 a 2015 (Fonte: INEP/MEC).

Tal expansão está associada ao crescimento das camadas médias da sociedade, às novas oportunidades de trabalho que surgiam na indústria e serviços, e à reforma educacional ocorrida no Brasil na segunda metade da década de 1990. Nesta ocasião o País buscava uma nova forma de gestão da educação, que de acordo com Minto (2012), se pautava nos ideais e preceitos da reestruturação capitalista global e no estabelecimento de um Estado mínimo.

Seja por incapacidade das instituições públicas atenderem à demanda da sociedade pela formação superior, ou pelo novo modelo de gestão adotado pelo Estado, o setor privado identificou uma grande oportunidade e se expandiu rapidamente neste segmento, baseado especialmente na oferta de cursos de baixo custo e no estabelecimento de exigências acadêmicas menores.

Outros importantes indicadores do crescimento da importância e atuação das instituições privadas no ensino superior brasileiro referem-se ao número de matrículas em cursos de graduação presenciais, além de seus respectivos concluintes, ambos apresentados na Tabela 2 para o período de 1980 a 2015, nas IES públicas e privadas.

Ano	Número Total	IES Públicas		IES Privadas	
		(Nº)	(%)	(Nº)	(%)
----- Matrículas em cursos de graduação presenciais -----					
1980	1.377.286	492.232	35,7	885.054	64,3
1985	1.367.609	556.680	40,7	810.929	59,3
1990	1.540.080	578.625	37,6	961.455	62,4
1995	1.759.703	700.540	39,8	1.059.163	60,2
2000	2.694.245	887.026	32,9	1.807.219	67,1
2005	4.453.156	1.192.189	26,8	3.260.967	73,2
2010	5.449.120	1.461.696	26,8	3.987.424	73,2
2015	6.633.545	1.823.752	27,5	4.809.793	72,5
----- Concluintes em cursos de graduação presenciais -----					
1980	226.423	80.948	35,8	145.475	64,2
1985	234.173	82.444	35,2	151.729	64,8
1990	230.206	77.854	33,8	152.352	66,2
1995	254.401	94.951	37,3	159.450	62,7
2000	352.305	116.641	33,1	235.664	66,9
2005	717.858	195.554	27,2	522.304	72,8
2010	829.286	178.407	21,5	650.879	78,5
2015	916.363	224.196	24,5	692.167	75,5

Tabela 2 – Número de matrículas e de concluintes em cursos de graduação presenciais por categoria administrativa das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, de 1980 a 2015.

Fonte: INEP/MEC

No ano de 1980 o total dessas matrículas era de 1.377.286, sendo 35,7% em IES públicas e 64,3% em IES privadas. Neste mesmo ano, dos 226.423 concluintes dos cursos de graduação presenciais, 64,2% pertenciam às IES privadas, enquanto 35,8% eram alunos das IES públicas (Tabela 2).

Após 35 anos foi verificado aumento na contribuição do setor privado no número de matrículas e de alunos concluintes em cursos de graduação presenciais, conforme dados do senso da educação realizado em 2015. Neste ano as IES privadas representavam aproximadamente 72,5% das 6.633.545 matrículas em cursos superiores no Brasil, contra 27,5% das IES públicas. De maneira similar, a grande maioria dos concluintes nesses cursos (75,5%) pertencia a instituições privadas, e apenas 24,5% às públicas (Tabela 2).

No período de 1980 a 2015 o número de matrículas em cursos de graduação presenciais em instituições privadas de ensino no Brasil passou de 885.054 para 4.809.793, o que representou um aumento de 443,4%. Já as instituições públicas cresceram aproximadamente 270,5% neste mesmo período, passando de 492.232 no ano de 1980 para 1.823.752 em 2015 (Figura 2). O número de concluintes entre 1980 e 2015 passou de 145.475 para 692.167 (aumento de 375,8 %) nas instituições privadas, e de 80.948 para 224.196 (aumento de 177,0%) (Figura 3).

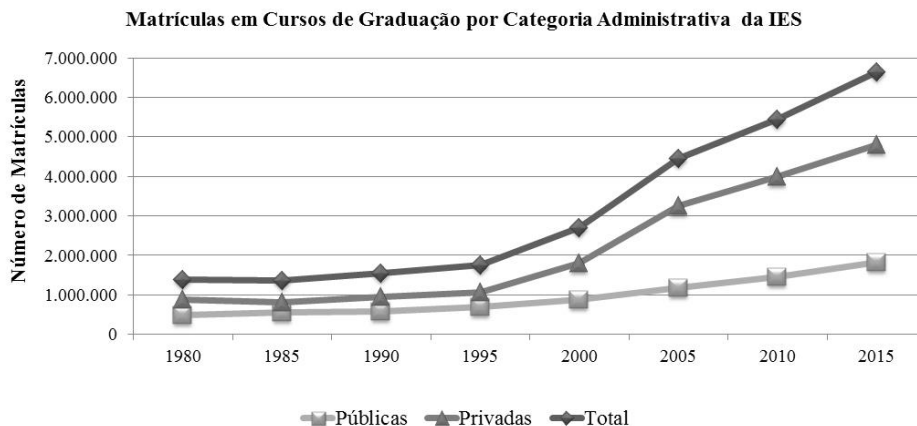


Figura 2 – Número de matrículas em cursos de graduação presenciais por categoria administrativa da IES no Brasil, no período de 1980 a 2015 (Fonte: INEP/MEC).

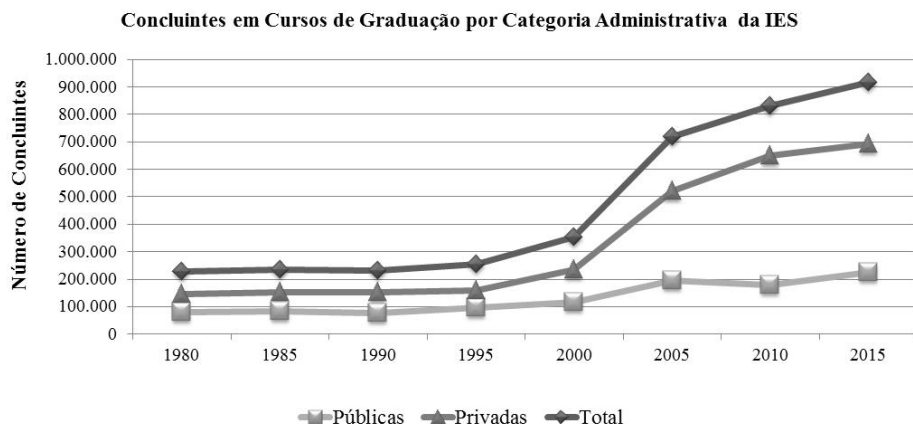


Figura 3 – Número de concluintes em cursos de graduação presenciais por categoria administrativa da IES no Brasil, no período de 1980 a 2015 (Fonte: INEP/MEC).

4 | REFLEXÕES E DESAFIOS NA DOCÊNCIA EM IES PRIVADAS

A expansão do setor privado na educação foi impulsionada pelo anseio da sociedade em obter um diploma de curso superior e desta forma aumentar sua possibilidade de acesso a profissões regulamentadas e nichos privilegiados no mercado de trabalho. Assim os estabelecimentos privados tornaram-se negócios promissores, atraindo diferentes perfis de empresários e investidores, incluindo aqueles sem afinidades e compromissos mais sólidos com a educação.

O reflexo disto pode ser claramente observado ao analisarmos o perfil de qualificação dos professores que atuam nas esferas pública e privada do ensino superior brasileiro.

Desde 1995 o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) organiza e sistematiza inúmeras informações sobre a educação superior brasileira, disponibilizando-as na forma de documentos denominados “sinopses da educação superior”.

De acordo com as informações disponibilizadas pelo INEP no ano de 1995 as instituições públicas de ensino superior apresentavam 21,0% de seus docentes em exercício graduados, 26,5% especialistas, 28,8% mestres e 23,7% doutores. Já nas instituições privadas, 26,6% dos docentes possuíam somente a graduação, 47,3% tinham alguma especialização, 19,0% eram mestres e apenas 7,1% apresentavam doutorado (Figura 4).

Em 2015 foi observado um avanço expressivo no número de docentes em exercício com doutorado nas IES públicas, que passaram a representar 57,9% do total. Tal fato está associado em grande parte à obrigatoriedade da titulação de doutor na maioria dos concursos públicos para contratação de novos docentes para as universidades brasileiras. Neste mesmo ano (2015) os graduados, especialistas e mestres representavam respectivamente 3,7%, 10,2%, e 28,2% do total de docentes das instituições públicas (Figura 4).

Nas instituições privadas é possível evidenciar uma drástica redução na proporção de docentes apenas graduados e um aumento significativo no número de docentes mestres, que passaram a representar respectivamente 0,2% e 48,2% do total de docentes. Segundo Baesso (2013), o aumento no número de docentes mestres está ligado a políticas nacionais dirigidas à formação do corpo docente de nível superior, que determinaram, por exemplo, a qualificação mínima de mestre para atuação no ensino superior. Apesar de algumas ressalvas legais permitirem a atuação de docentes não graduados, a legislação vigente prevê que estes não ultrapassem 1/3 (um terço) do corpo docente de uma instituição de ensino superior.

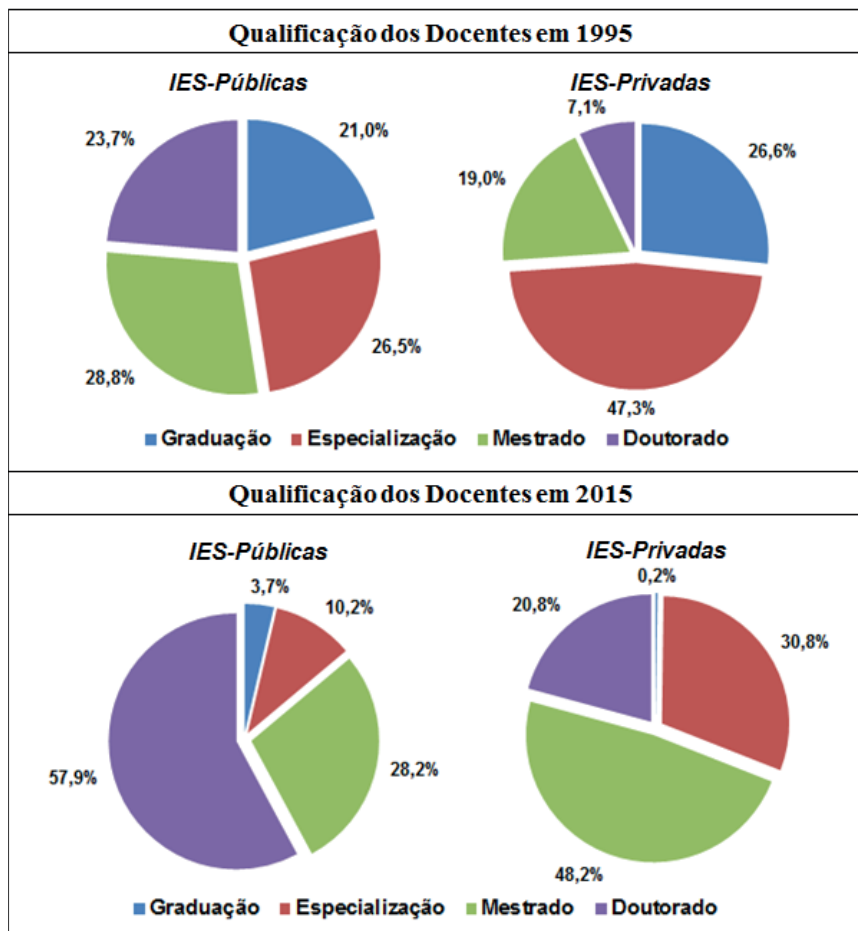


Figura 4 – Distribuição percentual dos docentes de IES públicas e privadas em exercício por grau de qualificação, nos anos de 1995 e 2015 no Brasil (Fonte: INEP/MEC).

Por outro lado, ainda há um grande percentual de docentes especialistas (30,8%) e um reduzido percentual de doutores (20,8%), atuando nas instituições privadas, em comparação com as IES públicas (Figura 4). Baesso (2013) comenta que entre os fatores que determinam estes resultados está o custo de contratação dos docentes, visto que os especialistas representam uma opção menos onerosa às IES privadas do que os docentes com doutorado.

Além da qualificação, outro fator chama a atenção pelos números desfavoráveis à atuação docente nas instituições privadas. Trata-se do regime de trabalho do docente, que no geral pode ser considerado de dedicação integral (tempo integral) ou de dedicação temporária (tempo parcial ou horista).

Em 1995 nas IES públicas aproximadamente 70,9% dos docentes atuavam em regime de tempo integral, enquanto que nas IES privadas este regime de trabalho era uma

realidade para apenas 13,7% dos docentes. Com o passar dos anos houve uma pequena alteração neste cenário, e os docentes em regime de tempo integral passaram a representar 83,8% e 24,9% respectivamente nas IES públicas e privadas (Figura 5).

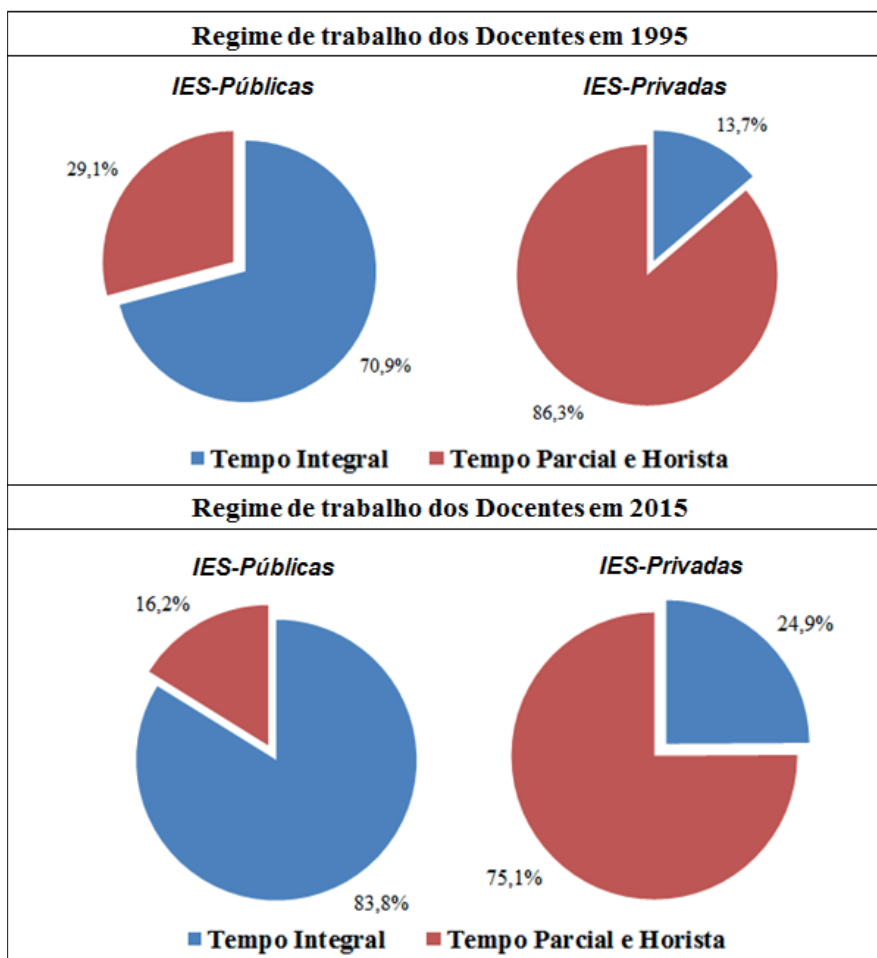


Figura 5 – Distribuição percentual dos docentes de IES públicas e privadas em exercício por regime de trabalho, nos anos de 1995 e 2015 no Brasil (Fonte: INEP/MEC).

Segundo Pimenta (2010) o regime de trabalho em tempo integral proporciona aos docentes melhores condições de desempenhar suas atividades nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, bem como uma maior possibilidade de desenvolvimento profissional continuado. Em contrapartida, nos regimes de trabalho em tempo parcial e horista, o papel docente se resume à hora/aula, que é o tempo pelo qual este é efetivamente remunerado.

A consequência disso é que para garantir uma renda digna e satisfatória os docentes são forçados a atuar em turnos cada vez mais extensos e trabalhar em inúmeras instituições,

comprometendo a qualidade do processo de ensino-aprendizagem pela redução dos períodos de preparação e planejamento adequados, bem como pelo distanciamento das oportunidades de aperfeiçoamento e qualificação profissional.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crescente importância e representatividade do setor privado na educação superior foram evidenciadas nos resultados do censo INEP realizados ao longo das últimas décadas no Brasil. Na sinopse estatística de 2015, das 2.364 instituições de ensino superior, 87,5% eram administradas por instituições privadas, que registraram ainda 72,5% das 6.6323.545 matrículas e 75,5% dos 916.363 concluintes em cursos de graduação presenciais no Brasil.

O crescimento do número IES privadas no Brasil aumentou o acesso ao ensino superior, porém a qualidade do ensino ministrado nessas instituições é em muitos casos questionada, dentre outros pelas condições precárias do trabalho docente, marcadas pela elevada rotatividade e intensidade de horas trabalhadas, inexistência de relações estáveis de emprego, baixa remuneração e formação continuada deficitária.

Nesse contexto as instituições de ensino superior privadas devem proporcionar aos seus docentes condições adequadas de trabalho para que o ensino não seja reduzido somente à transmissão de informações, mas que possibilite o diálogo entre os diferentes atores envolvidos na educação, de modo a estimular constantemente novas ideias e posturas capazes de prepará-los para o enfrentamento das adversidades de forma criativa, flexível e segura.

REFERÊNCIAS

BAESSO, Ilara Sanchez. **A atuação docente no ensino superior brasileiro: migrações de universidades privadas para públicas**. 2013. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

BARREYRO, Gladys Beatriz. **Mapa do ensino superior privado**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. 77p. (Série Documental. Relatos de Pesquisa, ISSN 0140-6551; 37).

BRASIL. Lei nº.9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, 23 Dezembro 1996.

CACETE, Núria Hanglei. Breve história do ensino superior brasileiro e da formação de professores para a escola secundária. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 1061-1076, out/dez. 2014.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil, In: **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autentica, 2000, p. 43-72.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica: o ensino superior na república populista**. 3ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2007. 224p.

DOURADO, Luiz Fernandes. A interiorização do ensino superior e a privatização do público. Goiânia: Ed. da UFG, 2001.

DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes; DE OLIVEIRA, João Ferreira. **Políticas e gestão da educação superior**: transformações recentes e debates atuais. Xamã Editora, 2003.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **O ensino superior no Brasil: público e privado**. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 2003. 45p. (Documento de Trabalho 3/03).

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Censo da Educação superior 2015**. Sinopse Estatística. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br>>. Acesso em: 11 jan. 2017

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan/abr. 2009.

MINTO, Lalo Watanabe. A educação superior na particularidade do capitalismo brasileiro: sentido histórico e questões para os movimentos sociais. In: IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”. João Pessoa – PB: 2012. Anais eletrônicos. Disponível em <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/6.16.pdf>. Acesso em 20 jan. 2017.

PIMENTA, G.S ANASTASIOU, L. G.C. **Docência no ensino superior**. 4. ed. São Paulo:Cortez, 2010.

PINO, Ivany. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação: a ruptura do espaço social e a organização da educação nacional. In: BRZEZINSKI, Iria (org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 1997. v. 10, p. 19-39.

ROSSATO, Ricardo. **Universidade: Nove séculos de história**.2.ed.rev. E ampl. Passo Fundo: UPF, 2005, p. 131- 150.

SAMPAIO, Helena. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. **Revista Ensino Superior UNICAMP**, Campinas, v. 2, n. 4, p. 28-43, 2011.

SAMPAIO, Helena. **O ensino superior no Brasil**: o setor privado. São Paulo: Ed. Hucitec/FAPESP, 2000. 408p.

SANTOS, Adilson Pereira; CERQUEIRA, Eustáquio Amazonas. Ensino Superior: Trajetória histórica e políticas recentes. In: IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis. 2009.

SCHWARTZMAN, Simon; COX, Cristián. Coesão social e políticas educacionais na América Latina. In: SCHWARTZMAN, Simon. **Políticas educacionais e coesão social: uma agenda latino-americana**. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: iFHC, 2009. Introdução, p. 1-24.

VIEIRA, Regina Beatriz Bevilacqua. Educação Superior no contexto nacional: políticas, tensões e desafios. In: XXII SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS. Natal –RN: 2014. Anais do XXII Seminário Nacional Universitas. Natal – RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Centro de Educação, 2014. Disponível em <http://universitas.ce.ufrn.br/ANAIS_DO_XXII_SEMINARIO_NACIONAL_UNIVERSITAS.pdf>. Acesso em 15 set. 2016.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adelfos 11, 90, 91, 92, 93, 99, 100, 101, 102
Ambiente Virtual 82, 84, 86, 120, 245, 248
Avaliação do Desempenho 12, 185
Avaliações 10, 4, 26, 28, 31, 33, 34, 36, 38, 39, 40, 121, 126, 276

C

Carreira Docente 12, 18, 24, 104, 108, 111, 112, 113, 173, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192, 193, 195, 196
Cidadania 11, 28, 29, 43, 44, 69, 73, 75, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 89, 106, 126, 162, 198, 243, 271
Cidade 48, 51, 53, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 97, 128, 129, 141, 153, 252, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 261, 274, 294
Conciliação 12, 152, 159, 160, 161, 162, 165
Cor 13, 251, 252, 257, 258, 262, 266, 268
COVID-19 152, 153, 158, 159, 161, 162
Cultura 2, 7, 27, 29, 41, 44, 46, 48, 49, 50, 53, 54, 55, 56, 63, 64, 75, 78, 79, 91, 94, 120, 131, 135, 136, 137, 139, 144, 173, 175, 176, 177, 184, 196, 200, 202, 210, 215, 216, 223, 232, 241, 243, 244, 275, 280, 302
Cultura Organizacional 173, 175, 176, 177
Currículo 11, 61, 70, 76, 78, 81, 127, 141, 163, 167, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 208, 209, 223, 245, 276
Cursos de Licenciatura 10, 19, 20, 24, 57, 59, 61, 64, 65, 66, 105, 224

D

Desenvolvimento Profissional 185, 194, 288
Desigualdades Sociais 116, 118, 120, 125, 126, 249
Desnaturalização 12, 197, 203, 204, 206, 208
Docência 21, 22, 23, 24, 58, 60, 64, 65, 66, 67, 105, 106, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 126, 127, 130, 148, 149, 150, 163, 165, 166, 168, 170, 188, 194, 278, 279, 285, 290, 302

E

Educação 2, 9, 10, 11, 12, 13, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 43, 44, 45, 49, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 75, 81, 82, 83, 85, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 106, 109, 110, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 126, 127, 128, 130, 142, 143, 144, 146,

147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 161, 162, 163, 165, 167, 168, 171, 174, 175, 176, 180, 181, 183, 185, 188, 189, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 270, 271, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 289, 290, 291, 292, 295, 296, 297, 299, 300, 301, 302

Educação a Distância 11, 116, 117, 118, 119, 120, 127, 156, 161, 250

Educação para o consumo 26

Educação Prisional 1, 2, 5

Ensino 10, 11, 12, 13, 4, 10, 11, 12, 16, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 31, 32, 34, 35, 40, 43, 44, 46, 47, 48, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 76, 81, 82, 83, 85, 86, 104, 106, 110, 111, 113, 114, 115, 118, 119, 120, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 136, 138, 140, 141, 142, 148, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 161, 163, 164, 165, 166, 168, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 231, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 263, 268, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 302

Ensino-aprendizagem 10, 46, 47, 54, 55, 104, 110, 111, 113, 128, 140, 154, 166, 181, 213, 221, 289

Ensino de língua portuguesa 26, 31, 43, 56

Ensino de Sociologia 197, 202, 203, 204, 208

Ensino Superior 12, 13, 58, 62, 63, 64, 114, 152, 154, 156, 157, 158, 159, 164, 165, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 189, 195, 196, 218, 219, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 289, 290, 291, 292, 293, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 302

Escola 10, 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 17, 22, 23, 24, 26, 28, 29, 31, 40, 41, 42, 43, 45, 55, 59, 62, 69, 70, 75, 76, 77, 78, 79, 101, 105, 106, 110, 111, 112, 114, 115, 127, 128, 129, 131, 134, 148, 182, 201, 202, 204, 205, 209, 210, 215, 217, 222, 226, 232, 236, 238, 239, 240, 242, 243, 244, 247, 269, 274, 289

Escola em Tempo Integral 10

Estágio Supervisionado 10, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 165, 167, 168

Estatuto da Carreira Docente 173, 178, 180, 183, 185, 186, 195

Estranhamento 12, 74, 197, 203, 204, 206, 208

Etnomatemática 210, 216, 219, 221, 222, 223

Expansão 13, 28, 50, 156, 162, 186, 189, 191, 195, 200, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 285, 291, 292, 297, 299, 300

F

Filosofia da Diferença 116, 120, 122

Formação de professores 12, 56, 58, 59, 65, 67, 104, 109, 113, 119, 127, 143, 149, 150, 163, 164, 168, 171, 210, 214, 236, 240, 247, 270, 289, 302

Formação Docente 12, 17, 18, 21, 41, 57, 59, 63, 64, 65, 104, 110, 111, 113, 144, 149, 163, 165, 166, 167, 168, 171, 211, 213, 240, 241, 249

Formação dos Profissionais da Educação 13, 270

G

Geografia 16, 17, 32, 72, 81, 128, 129, 130, 131, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 154, 156, 162, 223

H

História em quadrinhos 11, 128, 130, 132, 141

I

Identidade Profissional 104, 114

IFSP 104, 105, 106, 107, 108, 109, 114

Importância 10, 11, 13, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 30, 31, 41, 55, 59, 60, 70, 79, 83, 86, 87, 88, 97, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 113, 114, 120, 125, 128, 130, 131, 139, 144, 170, 191, 202, 206, 228, 241, 243, 245, 247, 249, 275, 278, 281, 283, 289, 295

Imprevisibilidade 90, 100, 101, 188

Inovação. Metodologia 116

Instituições Privadas 13, 161, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 291, 292, 297, 299

Investigação 1, 2, 31, 34, 52, 138, 167, 173, 175, 180, 181, 182, 183, 185, 187, 190, 193, 194, 196, 233, 245, 251, 252

J

Jogos Didáticos 10, 11, 13, 15, 16

L

Letramento em Marketing 10, 26, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 39, 40, 41, 43, 44

Léxico 10, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56

Licenciatura Intercultural 210, 211, 213, 214, 215, 223, 224

Linguagens 30, 31, 39, 40, 61, 128, 129, 131, 207

M

Metodologia Ativa 10

Monitoria 12, 65, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172

N

Neoliberalismo 13, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276

Neossujeito 13, 270, 271, 272, 273

O

Observação 10, 7, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 65, 77, 138, 140, 173, 178, 186, 204, 215, 219, 251, 263

P

Patrimônio 252, 256, 263, 268, 300

Percepção 11, 19, 22, 29, 72, 86, 130, 143, 146, 148, 149, 163, 165, 177, 241, 248

PIBID 11, 66, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 168, 302

Prisão 10, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9

PROUNI 291, 292, 293, 296, 297, 298, 299, 300

Q

Qualidade 12, 21, 24, 25, 58, 59, 60, 110, 111, 113, 117, 119, 134, 149, 150, 166, 168, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 196, 245, 247, 275, 276, 279, 289, 297

R

Recepção Contemporânea 90

Redes Sociais 29, 30, 82, 85, 87, 88, 118

Regulamentação 12, 28, 173, 174, 178, 179, 181, 182, 183, 194, 198, 214, 296

Representação Social 143, 145, 146, 148, 150

Residência Educacional 10, 57, 58, 59, 60, 61, 64, 68

Responsabilidade 5, 29, 42, 82, 86, 87, 93, 96, 98, 121, 170, 171, 188, 197, 243, 247, 280, 300

S

Saberes 16, 43, 55, 57, 65, 94, 116, 117, 119, 123, 125, 126, 127, 150, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 243, 250, 258

T

Teatro/Poética do Oprimido 197, 200, 204


Terêncio 11, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 99, 101, 102

Território 11, 53, 55, 69, 70, 72, 73, 75, 76, 79, 81, 84, 213, 218, 219, 228, 229, 234, 293, 297


Tomada de Decisões 173, 176, 181

U

Uso Seguro 82, 85, 88

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 facebook.com/atenaeditora.com.br

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

5

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 facebook.com/atenaeditora.com.br

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

5